

Participe deste Fórum com seus comentários e trabalhos para que possam ser incluídos no nosso "site" (www.ccseerj.org.br), na página correspondente a *PARTICIPE*. Sua participação é importante para o fortalecimento do Centro Cultural e nos ajudará a fazer um trabalho melhor.

Os comentários aqui feitos são de minha inteira responsabilidade e não representam a opinião do Centro Cultural da SEAERJ.

REFLEXÕES SOBRE O PÓS COVID 19

Na atualidade tenho lido bastante sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e acima de tudo sobre a qualidade de vida das sociedades após episódios marcantes da História.

Riqueza, pobreza e escravidão estão presentes em todos os tempos, sempre retratadas de uma forma ou de outra nos textos religiosos e tratados sociais, da mesma forma que os graus de liberalidade da sociedade.

Santo Agostinho, um dos doutores da Igreja Católica advertia sobre a necessidade de entendermos as condições e o conhecimento das condições de tempos a que se referem os textos bíblicos, por isso mesmo estas escrituras merecem cuidadosa reflexão.

Penso que não podemos deixar de olhar para traz para planejar o futuro, mesmo que possamos virar estátuas de sal como descrito no episódio retratado no Gênesis 19, a destruição de Sodoma, "a estátua de sal em que se transformou a mulher de Lot ao se virar para traz".

Só a geração de nossos filhos e netos poderão responder em um futuro próximo.

Penso que o mundo de amanhã não será igual ao de hoje.

O que imagino é que a corrida pela riqueza a qualquer

custo sem preocupação com os "invisíveis", o egoísmo e o desprezo dos valores éticos terá que ser repensado, não meramente como espírito religioso mas principalmente para preservar conforto e liberdade já conseguidos mas essencialmente abrangendo também os excluídos.

Com base na experiência profissional e da vivência, no estado e na cidade do Rio de Janeiro me permito fazer algumas considerações que possam ser discutidas após Covid-19. Como se trata de uma experiência pessoal é lógico que não tenham pretensões de que essas considerações tenham validade para outras pessoas e outros locais.

Como consequência direta das demandas decorrentes de nossa sociedade, com recursos insuficientes e elevado índice de desemprego, subemprego e "invisíveis", os Serviços Urbanos terão mais significância do que como são encarados atualmente.

Muito terá que ser pensado para prover os bens e serviços requeridos por esses imensos espaços urbanos, resultante do crescimento desordenado e que vai exigir uma análise mais profunda da sua operacionalidade: provisão direta pelo Estado, concessão, terceirização.

As características singulares dos serviços urbanos com relação a custo/benefício dificultam sua operacionalização por empresas privadas sendo o Estado chamado a intervir seja por uma política de subsídios, regulamentação de preços ou enquadrando-se definitivamente como monopólios naturais, esbarrando sempre com os problemas de seu financiamento.

A meu ver não podemos esquecer que a origem remota das concessões e terceirização do Brasil foi a criação das capitanias hereditárias na época colonial, quando o governo português sem dinheiro suficiente para proteger as terras recém descobertas resolveu dividir sua colônia e

transferir as despesas da colonização com os donatários das capitanias, regime ainda tão arraigado em nossa política.

Os maiores problemas serão, a meu ver, saneamento, habitação e transporte público. Qual é o mais imediato?

A falta de uma política habitacional estruturada em bases sólidas foi, sem dúvida alguma, a causa primeira da expansão descontrolada das comunidades em condições insalubres na região metropolitana do Rio de Janeiro e onde vivem mais de 10 milhões de habitantes.

Em minha infância, Nova Iguaçu e Caxias, que deram origem aos demais municípios dessa metrópole eram grandes plantações de laranja e abacaxi e pequenos núcleos residenciais, ocupando as áreas "insalubres" onde a malária era endêmica e que resultaram da recuperação das terras alagadiças da Baixada Fluminense. Sou testemunha ocular porque eu tinha uma prima que vivia em Nova Iguaçu, a quem visitava com frequência e também porque a Baixada era passagem obrigatória para as idas a Friburgo, onde passava todas as férias.

Hoje, descobre-se esse mundo de "invisíveis" vítimas maiores das enchentes e deslizamentos de terra, mas que ao longo dos meus 82 anos de vida via crescer desordenadamente por culpa de uma elite política e social que seguia cegamente os princípios europeus e seus interesses imediatistas.

O Rio de Janeiro é o maior exemplo. Cidade construída ao longo de montanhas e baixadas, pontuada por morros isolados, muitos dos quais serviram de aterro para expansão da área urbana em terras alagadiças.

Seu Código de Obras regulava construções de prédios e loteamentos, sem que houvesse uma fiscalização eficiente e sujeita a influências políticas locais impondo também

condições irreais que mesmo na área mais urbanizada o governo não era capaz de oferecer.

O Código de Obras permitia a construção de loteamentos, principalmente nos subúrbios da Central e Leopoldina, exigindo, meios fios, calçadas e ruas, redes de água, esgotos lançados nas redes de águas pluviais lançadas nos córregos e rios próximos. As obras eram iniciadas, vendidos os lotes, implantadas muitas moradias e embora incompletas as obras de loteamento eram pedidas e aceitas as legalizações, intermediadas pelos políticos locais. Em contraste, em Copacabana no início da década de 1960, o Posto 6 era chamado de Polígono da Seca porque não havia fornecimento de água regular e o esgoto era lançado ao mar. Cada apartamento nessa área tinha duas redes de água uma comum do prédio, outra particular em cada apartamento nos quais no quarto de empregada havia um reservatório individual para cada moradia que abastecia seus pontos de consumo quando a água faltava.

A medida que havia demanda por mais moradias, os municípios vizinhos sem código de obras e sem estrutura formal de licenciamentos, eram caudatários dessas demandas e viram crescer demasiadamente suas “expansões espontâneas” criando situações tão sérias quanto as da cidade do Rio de Janeiro.

Córregos, riachos e rios tinham suas calhas ocupadas por manilhas de qualquer diâmetro ou meramente bloqueadas por moradias e que até hoje em pleno século XXI estão sujeitas a alagamentos com prejuízos de vidas e patrimoniais cada vez maiores, sem esquecermos a ocupação das encostas dos morros sujeitas a deslizamentos catastróficos e ocupação das bases desses morros por edificações legais ou ilegais e que são objeto constante do noticiário jornalístico,

Alguma coisa foi feita ao longo dos anos pela antiga SURSAN, em Copacabana construiu-se o interceptor mas mesmo

assim as valas negras das ruas Siqueira Campos e Constante Ramos ainda insistem em aparecer após alguma chuva mais intensa, para evidenciar nesse ícone do país, que muito há por fazer em matéria de saneamento.

E o transporte público? O metrô e a ligação ferroviária que demandam um planejamento integrado e eficiente com ligação rodoviária e marítima, sequer respondem pelas demandas atuais e imaginem as futuras.

Porque não comprar prédios abandonados no centro do Rio ou região portuária, onde já tem toda infraestrutura pronta e mesmo que seja necessária alguma reforma certamente é mais barato e mais rápido, e oferecer a preço de custo àqueles que compram apartamentos em áreas das favelas?

Portanto, há muito que fazer mas acima de tudo planejar para não jogar dinheiro fora.

Economistas, sociólogos, urbanistas, engenheiros e políticos sérios com a palavra.

RONALD YOUNG